



São Gonçalo, 11 de dezembro de 2023.

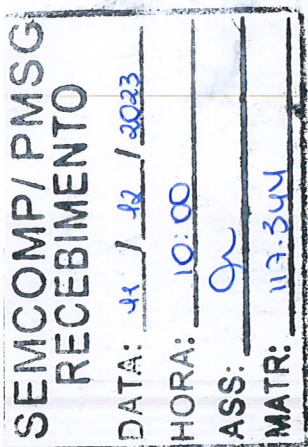
À CPL

Assunto: Resposta da solicitação de Impugnação da ELIANA FELIX DE LIMA

Prezados,

Após análise do pedido de impugnação da advogada Eliana Felix de Lima, inscrita no CPF 068.991288-96, inerente ao Edital CP/013/2023/PMSG, a Secretaria Municipal de Saúde informa que seguirá com projeto do referido edital, pois:

- a) A implantação do serviço de cremação é um dos serviços propostos, conforme caderno técnico além de pertencer também a caracterização dos investimentos, a empresa vencedora deverá implantar o forno crematório em um dos cemitérios municipais ou adquirir um imóvel para a implantação, onde as despesas para a implantação, tipo de tecnologia do crematório, investimentos e obtenção das licenças são de responsabilidades da concessionária, devendo ser implantado no 4º ano conforme projeção de receita citado no Caderno Técnico;
- b) A outorga, foi autorizada pelo Decreto nº 056/2023 e suas especificações técnicas e diretrizes de execução estão contidos no edital e seus anexos;
- c) O projeto foi elaborado por profissional amplamente qualificado, que possui as seguintes formações (Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental; Engenheiro de Produção; Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Ambiental e Sanitarista, Matemático, Técnico de Edificações, Auditor em Riscos e Auditor em Sistema de Gestão Ambiental);





- d) Cabe ressaltar que, esta Prefeitura quanto da elaboração do Edital, alinhou-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1998, e art. 3º da Lei nº 8.666/93, especialmente no que se refere à legalidade do ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade, visto que é cautelosa no sentido de obter proposta mais vantajosa, visando garantir a eficácia e eficiência dos serviços a serem contratados pela Administração, insta destacar que todas as legislações pertinentes foram observadas.

Ressalta-se ainda, que, a participação de consórcios em licitações está prevista no art. 33 da Lei nº 8.666/93. Assim dispõe o caput do citado artigo:

"Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observa-se-ão as seguintes normas:" (grifamos)

Da simples leitura do texto legal, está claro que a participação de consórcios está no campo da discricionariedade da Administração Pública. Logo, mesmo que não houvesse alusão alguma a consórcios no Edital, estaria vedada a participação de empresas consorciadas. Quando a Prefeitura coloca em um edital que não permitirá a participação de consórcios, apenas está reforçando uma situação que já está pré-definida: seu objetivo é somente deixar explícito para licitantes não conhecedores da legislação que não aceitará a participação de consórcios.

Desta forma, ressaltamos que, conforme justificativas de nosso corpo técnico, vista a seguir, o consórcio poderá gerar complicações para a Prefeitura, com relação à gerência da perfeita execução do contrato:

Que na presente licitação, a participação de empresas consorciadas não implicará incremento de competitividade, podendo vir a constituir, ao contrário, limitação à concorrência pela diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio;

Que a gestão e fiscalização da gestão contratual são prejudicadas pela dificuldade em lidar com empresas que possuem processos de trabalhos



diferentes e remunerações desiguais para profissionais alocados com atribuições similares;

Reforçando o entendimento aqui esposado, o TCU, no Acórdão 2.813/2004 – Primeira Câmara, foi favorável a não permissão de consórcio em edital para contratação de ERP pelo Banco Central do Brasil.

Segue trecho sobre o tema tratado:

“Item 3.1.1 do edital: somente poderão participar desta concorrência as empresas que [...] não se apresentem sob a forma de consórcio de empresas, quaisquer que sejam sua modalidade de constituição.

Representante

24. A não participação de consórcio restringiria ainda mais a competição.

Bacen

25. Argumenta que se trata de prática comum na Administração, reproduzindo trechos de editais do TCU, do STF e da Casa Civil da Presidência da República.

Análise

26. O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui a Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios, Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, que em seu artigo 33 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa neste subitem, para o caso concreto em análise,



visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.

Nestes casos particularmente a vedação a participação de consórcios não restringe a competição no certame licitatório,

- e) Pela natureza dos serviços (Gestão com administração de mão-de-obra), interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, além de estarem previstos montantes de investimentos consideráveis para a aplicação em obras de ampliação e modernização em todos os cemitérios deste município, os Tribunais Pátrios e Corte de Contas têm se deparado com questionamentos sobre a necessidade de exigir o registro junto aos Conselhos Regional de Administração e Engenharia competente nas licitações para a contratação de serviços terceirizados.

A prestação de serviço à Administração Pública através da “Concessão da Gestão de cemitérios” constitui atividade sujeita ao registro tanto do CRA, pois representa exercício de atividades de administração, área privativa do Administrador, em consonância com o art. 2º da Lei 4.769/65.

Registre-se, por oportuno, que o inciso I do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, autoriza o órgão ou entidade licitante a exigir, para fins de qualificação técnica dos interessados, “registro ou inscrição na entidade profissional competente”.

Todavia, há profissões e atividades econômicas cujo exercício está regulamentado por lei, como ocorre nos casos da advocacia (Lei nº 8.906/94), da administração de empresas (Lei nº 4.769/65) e da engenharia e agronomia e da arquitetura e urbanismo (Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010), dentre outras. Nesses casos, o exercício não é totalmente livre, devendo se amoldar às normas previstas na legislação de regência.



Quem fiscaliza o cumprimento da regulamentação contida nas referidas normas de regência pelos profissionais e empresas são os chamados conselhos fiscalizadores das profissões, que são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas sob a forma de autarquias. A título exemplificativo, citamos os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, os Conselhos Regionais de Administração – CRA's e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA's e Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentre tantos outros.

Sendo assim, concluímos que a exigência de que a empresa apresente a comprovação de registro da empresa e de seus profissionais nas entidades competentes (CRA) da região em que estiver vinculada é legal e adequada para o certame.

- f) A participação de dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico não contraria o disposto do art. 9 inciso III da lei 8666/1993, visto que não poderá participar direta ou indiretamente servidores, dirigentes e/ou entidades responsáveis pela licitação, desta forma o item 7.3 do edital vai em consonância com a lei supracitada, não ferindo os dispositivos legais.

Citando o acórdão 2099/2022 do TCU mencionado na impugnação, o mesmo buscou afastar do certame e da execução do contrato todos os licitantes que tivessem alguma vinculação capaz de influenciar no resultado da impugnação.

“Nesse cenário, a definição do que vem a ser participação indireta, no caso do servidor do órgão contratante, merece interpretação. Em minha visão, o art. 9º da referida norma quis evitar situações que pudessem caracterizar conflito de interesses em contratações públicas. Dito de outra forma, ele buscou afastar do certame e da execução do contrato todos os licitantes que tivessem alguma vinculação com alguém capaz de influenciar o resultado da licitação ou com atribuições ligadas à gestão ou à fiscalização do ajuste. Em suma, o dispositivo almejou atender aos princípios da isonomia, da competitividade, da moralidade e da impessoalidade.” (Acórdão 2099/2022 – TCU)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FUNERÁRIA

Tiago Moreira Cunha
Eng. de Produção, Seg. do Trabalho
Sanitarista e Ambiental
CREA-RJ 2007113478

Tiago Moreira Cunha
*Engenheiro de Produção, Segurança do Trabalho e
Ambiental e Sanitarista*
COODAF
Mat.128348
CREA-RJ - 2007113478